

diálogo, explícito o implícito, soterrado o descubierto, desde ópticas y perspectivas muy diversas, con las notables contribuciones de Antonio Cornejo Polar en torno al fenómeno del indigenismo, pero también con las conceptualizaciones teóricas que derivó de su constante frecuentación del discurso indigenista. Tenemos así diversos trabajos que examinan las complejas articulaciones de lo indígena en el contexto colonial, como por ejemplo el estudio de Graziano que examina el mito de Inkarrí como expresión de un sincretismo, o el de Mazzotti, que rastrea en distintas expresiones del discurso criollo en el Perú colonial las matrices de tantas facetas de los indigenismos republicanos. Otros trabajos giran en torno a las relaciones entre indigenismo y nación en el contexto de nuestros estados precariamente independientes. El estudio de Jesús Díaz, por ejemplo, aborda algunos aspectos de los heteróclitos discursos fundacionales de nuestras repúblicas, en diálogo implícito con las intuiciones de Cornejo sobre el peculiar espesor de nuestras literaturas de la emancipación. Varios trabajos, entre ellos los de Luis Rebaza y Juan Zevallos, exploran la obra de un autor que fue constante foco de interés para Cornejo Polar, José María Arguedas, al tiempo que Eugenio Chang-Rodríguez se ocupa de otra figura que gravitó decisivamente en su pensamiento, José Carlos Mariátegui. Finalmente, algunos otros estudios insertan al indigenismo en el contexto de los debates teóricos actuales, como el trabajo de Moraña, que discute las perspectivas del indigenismo en el marco de la globalización, o el de Raúl Bueno, que aborda la temática de la migración, a la que Cornejo dedicó sus últimas reflexiones: sus breves pero iluminadoras calas sobre el sujeto migrante nos permiten aquilatar la pérdida que ha sufrido el pensamiento latinoamericano con su desaparición prematura en plena madurez productiva.

Carlos García-Bedoya M.

Universidad Nacional Mayor
de San Marcos

Marisa Lajolo & Regina Zilberman. *A formação da leitura no Brasil* (Editora Ática, 1996)

Os estudos literários vêm incorporando um conjunto mais abrangente e diversificado de pontos de vista a partir dos quais define e explora seu campo de ação. Se a tradição elege como foco exclusivo de interesse o "texto literário", cujas qualidades estilísticas e estruturais franqueiam-lhe a incorporação ao cânone da Literatura, nas últimas décadas – com o desconstrutivismo, estética da recepção, análise do discurso – a própria noção de "literário" cai em crise.

O "texto" e sua literariedade perdem a imaterialidade inata e passam a se definir não só como fruto de um escritor inspirado, mas produto acolhido ou renegado por instituições (Academias, Escola, Universidade, Ministérios, Imprensa) e atores sociais (críticos, editores, professores, políticos). Sujeito a tal apadrinhamento ou rejeição, o "texto" ganha eventualmente a concretude das mercadorias, exigindo um preço que remunere os custos de edição e, na melhor das hipóteses, garanta alguma retribuição ao autor; como mercadoria, deve circular, requerendo livrarias, bibliotecas, políticas governamentais; com isso, pode ser consumido por um ávido leitor ou impingido como atividade escolar. Enfim, o "texto" se torna "livro" e, sem deixar de ser prosa ou poema, ensaio ou sermão, passa a ser também estimado e estudado, vendido e comprado como qualquer produto cultural.

Esse processo de metamorfose do conceito de "texto" abriu espaço para que o especialista em literatura se lançasse a novas tarefas, forjando os instrumentos de análise necessários e, em certa medida, constituindo um novo objeto de estudo. *A formação da*

leitura no Brasil, de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, filia-se a essa tendência de arejar a compreensão da Literatura, propondo um percurso que, sem abandonar as paradas obrigatórias de tal viagem – os autores e seus textos – reserva espaço para que se explorem as margens e subterrâneos que também definem a rota por que passaram os produtores e consumidores da Literatura nacional.

Na “Declaração de princípio”, as autoras salientam que rastrear a história da formação do leitor brasileiro é ingressar em um processo que ainda não se completou, dadas as circunstâncias sociais de nosso país. Se a figura do leitor está associada ao desenvolvimento da sociedade burguesa (tanto pelo progresso de técnicas de edição e distribuição, quanto pela popularização do ensino e do direito ao lazer e à privacidade), em nosso país a história do leitor fatalmente apresenta as mesmas restrições a que estão submetidos todos os demais elementos que dependem de um processo modernizador inconcluso, desigual e, até segunda ordem, insatisfatório. Conforme sintetizam as autoras, “Nesse sentido, narrar a formação da leitura no Brasil significa também narrar, sob esse viés, a história da modernização de nossa sociedade. Essa história que parece não ter um final feliz sinaliza que também a outra história, a do leitor, não termina bem”.

O tom pessimista da premissa de que partem as autoras é, no entanto, modalizado pela consciência de que *A formação da leitura no Brasil* tem como protagonista um herói: o leitor, que é resgatado da insignificância a que foi relegado pela História da Literatura tal como foi praticada até recentemente. Acreditando que “da perspectiva do público e do leitor também se constrói a história da literatura e calibra-se a reflexão sobre a criação literária”, as autoras passam a recuperar de que forma a imagem virtual do leitor foi concebida pelos não menos virtuais narradores e por quais caminhos e sob que condições o livro – canal de comu-

nicação entre escritor de carne e osso e leitor real – sai da gaveta do artista e chega às mãos do consumidor.

O primeiro capítulo, “A construção do leitor”, aborda a incorporação pelos textos literários da figura do leitor. Seja na forma do personagem que revela suas preferências de leitura, seja na forma de um interlocutor necessário para um narrador que, ávido por ser lido e compreendido, estabelece um diálogo com o suposto intérprete de seu texto. Vestindo o leitor com uma dessas roupagens, os narradores via de regra buscaram dar forma a procedimentos de leitura em um país em que os códigos e os meios materiais dessa prática são rarefeitos; narradores transvestidos, como se nota, em pedagogos da leitura. Perseguido o leitor implícito em diferentes momentos de nossa produção literária – de Manuel Antônio de Almeida a Clarice Lispector – *A formação* flagra as nuances que diferenciam a etiqueta que rege a relação narrador-leitor ao longo do tempo.

Inicialmente, antes da metade do século XIX, devendo dar conta de um público pouco sofisticado, que a qualquer instante pode desestimular-se da leitura, o narrador manifesta-se paternalista em relação ao leitor, bancando o sedutor e garantindo orientação e esclarecimentos quanto aos rumos do enredo. Cuidadoso para não romper a comunicação, evita, ao mesmo tempo, dar a impressão de que o leitor está sendo subestimado. Mais à frente, e já incluindo o conhecido sarcasmo dos narradores de Machado de Assis, o narrador ridiculariza – com a leveza cuidadosa da ironia – os “maus hábitos” de leitores imaturos (e mais especificamente leitoras), cujas limitações intelectuais impedem a adequada fruição de textos que porventura se afastem do cânone em vigor.

No século XX, as relações narrador-leitor parecem, de acordo com as análises de Lajolo e Zilberman, mais cordiais: paternalismo, arrogância e desprezo por parte do narrador seriam substituídos por certa “parce-

ria". No caso de Paulo Honório, de *São Bernardo*, essa confraternização confere segurança, já que o personagem-narrador confessa-se incapaz de estruturar o enredo e acertar o tom da narrativa; por isso, mantém continuamente um apelo para que o leitor aceite sua escritura com tudo que ela possa ter de imperfeição. Por fim, já nos anos 70, sob influência de uma tensa configuração social e de um embate ideológico radicalizado, o narrador assume a tarefa de formar o leitor em outro sentido: não mais quanto à competência de leitura propriamente dita, mas em relação à postura frente à realidade político-social do país, como faz o narrador Rodrigo em *A hora da estrela*, de Clarice Lispector. O narrador nesse caso confia na competência interpretativa do leitor, mas não aceita o alheamento e insensibilidade que os leitores – entenda-se a elite letrada do país – adotam face à situação dos menos privilegiados.

Conclui-se desse capítulo que a leitor histórico, peça sempre cambiante porque submetido às injunções do tempo e da sociedade, requer uma formação constante por parte dos autores e de seus narradores-pedagogos. Nesse sentido, o caráter inconcluso da formação do leitor perde seu aspecto negativo e transforma-se em uma propriedade inerente da Literatura, que deve continuamente “produzir seu interlocutor-consumidor” e o faz, muitas vezes, incorporando esse leitor histórico nas linhas e entrelinhas do próprio texto.

“Direitos e esquerdos autorais”, segundo capítulo da obra, recua o foco de análise, flagrando não mais o texto e seus entes imateriais (narrador e leitor incluso), mas o livro e os agentes concretos que o cercam: autores, editores, livreiros, críticos, mecenas e leitores. Neste âmbito, o trabalho de Lajolo e Zilberman segue trilhas inovadoras, já que o estudo da Literatura rompe o isolamento tradicional e começa a espiar o que as leis, contratos, regulamentos, livros-caixas, listas de doações têm a dizer sobre a inserção da cultura literária no Brasil.

A partir de fontes diversificadas, as autoras resumem os obstáculos que desde pelo menos o início do século XIX impedem a circulação, divulgação e recepção de textos entre nós. Do analfabetismo ao preço das edições; do baixo nível das publicações à falta de editoras, livrarias e bibliotecas; da ausência de uma política de remuneração dos autores ao estereótipo do poeta “nas horas vagas”; do jogo de apadrinhamento ao desinteresse do Estado; da ganância dos editores nacionais à importação de livros nada nacionalistas; da necessidade de o autor trabalhar como jornalista ou funcionário público à ausência de instituições que estudem e canonizem a literatura nacional emergente.

Estabelecendo minuciosamente as implicações de cada um desses entraves, *A formação da leitura no Brasil* localiza em elementos até recentemente considerados extraliterários explicações para certos traços que a literatura assume no Brasil, como por exemplo, sua dependência em relação à instituição escolar. Vítima de um sistema literário capenga, que nunca desenvolveu a infra-estrutura necessária para difundir a leitura como hábito social, a literatura restringiu-se muitas vezes à prática escolar e, conseqüentemente, o mercado de livros se viu obrigado a se render às demandas das salas de aula a fim de garantir a própria sobrevivência.

“Primo-pobre da Literatura”, conforme ironizam as autoras, o livro didático foi o propulsor não só da formação e ampliação do público leitor, mas da própria empresa editorial brasileira. O capítulo “Livros didáticos, escolas, leitura” apresenta inicialmente um minucioso levantamento tanto dos avanços e retrocessos da instalação do parque gráfico em território nacional, quanto dos progressos do ensino público no Rio de Janeiro e nas províncias.

Da trajetória dessas duas atividades, conclui-se o quanto a escola, apesar de precária, insuficiente e arcaica, serviu nestes dois últimos séculos como um dos únicos

canais de divulgação da Literatura e consolidação de práticas – às vezes perversas, repressivas ou simplesmente entediadas – de leitura, o que não impediu que muitas outras modalidades de leitura – chamadas “clandestinas” – fossem praticadas dentro ou fora do ambiente escolar. Às análises de documentos históricos alia-se o estudo de textos que revelam como a leitura na escola são tratadas por autores tão diversos como Raul Pompéia, Graça Aranha, Murilo Mendes, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, Autran Dourado, Mário Quintana, entre outros.

Do livro didático e do universo da escola, chega-se facilmente à figura da professora – mulher a quem foi outorgado o direito a saber e, portanto, a certas leituras. Direito sempre policiado, como sublinham Lajolo e Zilberman, pela ideologia burguesa, que evita desde o século XVIII que a ilustração possa comprometer o papel “natural” de esposa e mãe reservado à mulher. O último capítulo de *A formação da leitura no Brasil* dedica-se a compor um retrato dessa leitora brasileira, cópia imperfeita de seus pares europeus, que vive normalmente reclusa em casa e às vezes – mais por necessidade que por vontade ou talento – transforma-se em educadora.

Como haviam procedido no caso genérico dos leitores, Marisa Lajolo e Regina Zilberman inicialmente buscam na Literatura o modo como os autores configuraram essas “mulheres que lêem”. Contrastando ficção e depoimentos, chegam à conclusão de que romances e novelas do século XIX tenderam a idealizar uma leitora razoavelmente requintada que, além de românticos folhetins, mantinha entre os autores preferidos alguns figurões, como Shakespeare e Chateaubriand.

A sofisticação dessas leitoras virtuais não condiz com as queixas e acusações que se faziam na época a respeito das leituras habituais das mulheres. Primeiramente, porque as poucas mulheres alfabetizadas preferiam a literatura amena, que mais

divertisse que formasse. Segundo, porque o modo de leitura identificado como tipicamente feminino era considerado insatisfatório, uma vez que se baseava em uma recepção emocional e ingênua, ou completamente desatenta, de textos predominantemente açucarados. Tal forma de recepção era censurável na medida em que leitoras despreparadas misturavam realidade e ficção e se deixavam garfar por desejos irrealizáveis, quando não “moralmente corruptores”.

Assim, a leitura é às vezes proscribida para as mulheres; outras vezes, é desejável, mas deve ser fiscalizada ou tutelada pela voz masculina. Desses descompassos, conclui-se com as autoras que “a conquista da leitura, por parte da mulher, não se faz de forma linear, conquista após conquista. Dá-se ao contrário, por um percurso sinuoso, cheio de idas e vindas (...)”.

Tendo como foco a prática da leitura, Marisa Lajolo e Regina Zilberman partiram do texto considerado literário sem se restringir a ele, recorrendo a uma variadíssima gama de dados e documentos para determinar os vários pontos em que Literatura e Sociedade se cruzam e mutuamente se influenciam. Como explicitam na seção “Fechando o livro”, lançam questões que a um só tempo problematizam noções literárias e nos fazem refletir a respeito das “feições culturais específicas” de nossa nação. Assim, mais do que responder apenas a *o que/como lemos nós?*, *A formação da leitura no Brasil* (ganhador do Prêmio Açoreanos, 1997) instaura a sempre fundamental questão: *o que estamos sendo nós enquanto nação inserida no mundo da cultura ocidental?* Para vislumbrar alguma resposta a esta última questão, os pressupostos de Literatura das autoras tiveram que sobrepor noções restritas e coercitivas. Tiveram elas que destinar aos textos, como sugere Caetano Veloso na música “Livros”, o “amor tátil / que votamos aos maços de cigarro”.

Carlos Minchillo
Universidade Estadual de Campinas